

A negociação, agora ainda mais difícil.

PAULO SOTERO, DE WASHINGTON.

O ceticismo suscitado pelo novo pacote econômico brasileiro deixou executivos dos bancos credores, funcionários do governo americano e de organismos internacionais pessimistas quanto à possível quebra do impasse na negociação da dívida externa. Antes mesmo de as medidas serem divulgadas, já se cristalizara, entre os bancos e no próprio governo americano, a convicção de que a normalização das relações do Brasil com seus credores teria de esperar por uma troca da equipe econômica brasileira. Certa ou errada, essa atitude parece ter sido reforçada pela expectativa, no Brasil, de que o Plano Collor II fracassará e forçará mudanças no time econômico.

O aparente conflito entre o anúncio da suspensão temporária das negociações, feito pelo presidente do Banco Central, Ibraim Eris, segunda-feira, e a decisão do presidente Fernando Collor, no dia seguinte, de despatchar o negociador da dívida, Jório Dauster, para mais uma rodada de conversações com os representantes dos bancos credores, em Nova York, foi interpretado como um sinal de divisão na equipe econômica.

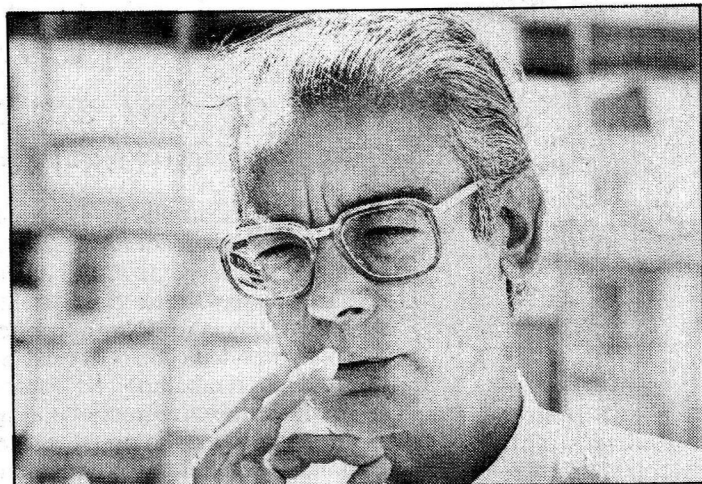
«Não se deve descartar a possibilidade de o anúncio da suspensão das conversações ter sido um gesto tático de endurecimento do governo, calculado para pressionar os bancos a fazerem concessões ou arcarem com as consequências de um colapso nas negociações.

Nas últimas semanas, os credores passaram também a personalizar os problemas nas negociações. Eles responsabilizaram o negociador da dívida, o diplomata de carreira Jório Dauster, pela ausência de progressos nas conversas. A acusação não faz muito sentido porque, como reconhecem os membros do próprio comitê, Dauster não tem muita autonomia para negociar. Mas o fato é que o diplomata passou a simbolizar para os credores oficiais e privados o que eles entendem como a recusa do Brasil de negociar seriamente. Diante disso, nas duas últimas semanas representantes de governos do Grupo dos Sete vêm usando de todos os canais disponíveis para transmitir ao governo brasileiro seu desejo de ver Jório Dauster removido da função de negociador.

Duas semanas atrás, o subsecretário do Tesouro, David Mulford, chamou a seu gabinete o embaixador do Brasil em Washington, Marcílio Marques Moreira, e transmitiu-lhe uma dura mensagem endereçada ao presidente Fernando Collor. Para o governo dos EUA, o Brasil criara um impasse nas negociações com os bancos credores, abriu uma confrontação com a comunidade financeira internacional e arcaria, agora, com o ônus do isolamento. Mulford acabara de participar de uma reunião do Grupo dos Sete, em Nova York, onde a questão da dívida brasileira fora tratada à luz do fracasso da sexta rodada de conversas entre o governo e os credores.

O Grupo dos Sete, integrado pelas potências capitalistas que controlam os organismos financeiros internacionais, não tem perdido oportunidade para manifestar sua exasperação com o Brasil. Qualquer pretexto vale. Na semana passada, por exemplo, o representante dos EUA no Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bid) tentou usar um pedido de prorrogação da assinatura de um empréstimo já aprovado de torpedeá-lo. O caso envolveu um crédito de US\$ 253 milhões concedido a Furnas no final de 1989 para a terceira linha de transmissão de Itaipu. Larry Melinger, o diretor dos EUA no BID, usou o pedido de extensão do prazo de assinatura para tentar segurar o empréstimo. O Brasil fez pé firme e ganhou a parada. Um episódio semelhante ocorreu em meados do mês passado no Banco Mundial (Bird).

Se persistir o impasse na negociação com os bancos, a pressão contra o Brasil tenderá a agravar-se nas próximas semanas, no Bid e no Bird. A julgar pelo recado de Mulford, os EUA usarão dos mecanismos à sua disposição para barrar novos créditos ao Brasil.



Jório: encontro com banqueiros.

Dauster exporá plano de privatizações a credores

A chegada ao Brasil da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) foi adiada de 18 deste mês para 4 de março. A informação é do embaixador extraordinário da dívida externa, Jório Dauster, que embarcou ontem à noite para Nova York, onde, hoje e amanhã, tem contatos agendados com representantes do comitê assessor dos bancos credores. A alteração nas datas foi explicada em função do prazo para o Congresso examinar as Medidas Provisórias do Plano Collor II.

Na reunião com o comitê dos bancos credores estará presente um funcionário do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para explicar o es-

tágio em que se encontra o programa de privatização, pois é grande o interesse dos bancos pela proposta de trocar títulos vencidos da dívida por ações das empresas desestatizadas.

Segundo Dauster, só para se habilitar ao leilão de ações das estatais, o banco estrangeiro portador de DFAs (Deposit Facility Agreement, que são os títulos vencidos da dívida externa) já sofrerá um deságio de 25%. No leilão, Dauster acredita que deverá vigorar um segundo desconto, na forma de sobrepreço, onde a instituição estrangeira pagará, por exemplo, US\$ 120 milhões por um lote de ações que vale US\$ 100 milhões.